

UBC

REVISTA DA
UNIÃO BRASILEIRA DE
COMPOSITORES
#10_SETEMBRO DE 2011

ROMULO FRÓES // LULINA // BLUBELL // CURUMIN // ANELIS ASSUMPTA // CÉU // NOVA GERAÇÃO SP

A EFERVESCENTE CENA MUSICAL PAULISTANA BOTA
FERMENTO NUMA MASSA QUE MISTURA ESTILOS
E ORIGENS, FAZENDO DESPONTAR TALENTOS

+ CENTAVOS DIGITAIS: COMO É A
ARRECADAÇÃO NAS NOVAS MÍDIAS

+ PERFIS: PLINIO PROFETA
E CARLOS RENNÓ

Romulo Fróes:
um dos expoentes
do movimento

ISSN 2176153-1



9 772176 153002

CONHEÇA O CALENDÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO

JAN

RUBRICA
**DISTRIBUIÇÃO INDIRETA*,
TV ABERTA E CASAS
DE FESTAS**

PERÍODO DE CAPTAÇÃO
JULHO A SETEMBRO

FEV

RUBRICA
MÚSICO ACOMPANHANTE

PERÍODO DE CAPTAÇÃO
JULHO A SETEMBRO

RUBRICA
TV POR ASSINATURA

PERÍODO DE CAPTAÇÃO
JANEIRO A JUNHO

MAR

RUBRICA
CINEMA

PERÍODO DE CAPTAÇÃO
SETEMBRO A FEVEREIRO

ABR

RUBRICA
**DISTRIBUIÇÃO INDIRETA*,
TV ABERTA E CASAS
DE FESTAS**

PERÍODO DE CAPTAÇÃO
OUTUBRO A DEZEMBRO

MAI

RUBRICA
MÚSICO ACOMPANHANTE

PERÍODO DE CAPTAÇÃO
OUTUBRO A DEZEMBRO

RUBRICA
CARNAVAL

JUN

RUBRICA
MÍDIAS DIGITAIS

PERÍODO DE CAPTAÇÃO
JULHO A DEZEMBRO

JUL

RUBRICA
**DISTRIBUIÇÃO INDIRETA*,
TV ABERTA E CASAS
DE FESTAS**

PERÍODO DE CAPTAÇÃO
JANEIRO A MARÇO

AGO

RUBRICA
MÚSICO ACOMPANHANTE

PERÍODO DE CAPTAÇÃO
JANEIRO A MARÇO

RUBRICA
TV POR ASSINATURA

PERÍODO DE CAPTAÇÃO
JULHO A DEZEMBRO

NOV

RUBRICA
MÚSICO ACOMPANHANTE

PERÍODO DE CAPTAÇÃO
ABRIL A JUNHO

DEZ

RUBRICA
MÍDIAS DIGITAIS

PERÍODO DE CAPTAÇÃO
JANEIRO A JUNHO

*Distribuição Indireta – Rádio, Direitos Gerais e Música ao Vivo
Observação: as liberações de retidos e a distribuição de shows ocorrem todos os meses.

WWW.UBC.ORG.BR



REVISTA DA
UNIÃO
BRASILEIRA DE
COMPOSITORES
#10_SETEMBRO DE 2011



EDITORIAL

A UBC é união, é brasileira e dos compositores. E de todos os autores, seja qual for a sua criação musical. Ela nasceu, em 1942, como um projeto solidário, avalizado por criadores como Braguinha, Mário Lago, Ary Barroso, seu primeiro presidente, Ataúlfo Alves e tantos outros ilustres personagens da música popular brasileira. É esse bastão, de alta responsabilidade, que empunhamos neste momento. Trazemos, como guia, o exemplo deles e a história da luta pela valorização de nossos direitos.

Em nossas mãos, a Constituição brasileira, nossa bíblia de cidadãos. Por mais que uma imprensa sórdida e congressistas vaidosos e oportunistas se agitem, respondemos com o que o livrinho diz. Por exemplo, o artigo 5º, XVIII: "a criação de associações independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento."

Fernando Brant



ÍNDICE

04 : **NOVIDADES** NACIONAIS
06 : LANÇAMENTOS
07 : INTERNACIONAIS
08 : **CENTAVOS DIGITAIS**
11 : **FIQUE DE OLHO**
12 : CAPA **GERAÇÃO SP**

17 : DISTRIBUIÇÃO NO **EXTERIOR**
18 : PERFIL **PLINIO PROFETA**
20 : ENTREVISTA **CARLOS RENNÓ**
21 : LEI DO DIREITO AUTURAL
22 : COPYRIGHT SUMMIT
23 : HOMENAGEM **BIDÚ REIS**

A **Revista UBC** é uma publicação da União Brasileira de Compositores, uma sociedade sem fins lucrativos que tem como objetivos a defesa e a distribuição dos rendimentos de direitos autorais e o desenvolvimento cultural / **Diretoria:** Fernando Brant (presidente), Abel Silva, José Antônio Perdomo, José Loureiro (in memorian), Manoel Nenzinho Pinto, Ronaldo Bastos e Sandra de Sá / **Diretora-executiva:** Marisa Gandelman / **Coordenação editorial:** Elisa Eisenlohr / **Projeto gráfico e diagramação:** 6D / **Editora:** Ana Lúcia Borges (MTB 29.221) / **Editor-assistente:** Gustavo Leitão / **Colaboradores:** Alessandro Soler, Bruno Albertim, Eduardo Fradkin, Helena Aragão e Monica Ramalho / **Capa:** Fernando Donaschi / **Tiragem:** 5.000 exemplares / Distribuição gratuita

UBC União
Brasileira de
Compositores



NOVO CICLO PARA O AFROREGGAE

O AfroReggae vai passar por mudanças. Para se diferenciar do grupo cultural ao qual pertence, formado na comunidade de Vigário Geral, no Rio, a banda vai ganhar outro nome e um novo formato de show. “Não vai ser nada muito radical, porque queremos manter a identidade com o Grupo Cultural AfroReggae e nosso reggae com pegada afrobeat e de ritmos brasileiros. Mas é um novo ciclo”, conta o vocalista, Anderson Sá. Eles fecharam uma parceria com a agência Mondo Entretenimento, de São Paulo, para implementar as mudanças. “O mercado evolui, e a gente precisa mudar junto”, explica Anderson, que prevê o lançamento de um novo disco até o fim do ano.

FESTA MUSICAL EM PERNAMBUCO



Em sua 21ª edição, o Festival de Inverno de Garanhuns (PE) reuniu até 70 mil pessoas por noite, de 14 a 23 de julho. Teve homenagem ao recém-falecido Lula Côrtes; Alceu Valença reeditando seu memorável show “Vivo”, de 1976; e a estreia de Bebel Gilberto em palcos pernambucanos. Com mais de 150 espetáculos, o FIG recebeu medalhões como Gal Costa, Marina Lima, Frejat, Roberta Sá, Nelson Sargento, Daúde, Pato Fu, Fafá de Belém, Elba Ramalho, Raissa Bittar, Tulipa Ruiz e Marcelo Camelo. Naturalmente não faltou a prata da casa: Otto, Nação Zumbi, Eddie, Zé Cafofinho, Josildo Sá, Karina Buhr, a premiada Orquestra Contemporânea de Olinda e a Santa Massa – cujo líder, DJ Dolores, foi descrito pela última “Rolling Stone” americana como “o renovador da Tropicália”. (Por Bruno Albertim)



FORRÓ TRADICIONAL REINVENTADO

Forró tradicional, mas “com um jeito diferente”. Assim Jorge Teodoro, 25 anos de carreira, define o som que apresenta em “Forró do Bom Volume 5”, distribuído pela Som Master. Além de sanfona, zabumba e triângulo, ele usa charango para musicar letras sobre amor, política e comportamento. “A canção ‘Imprudência’, que fala de violência no trânsito, será usada numa campanha nacional”, diz o músico, que compõe uma música sobre o *boom* do petróleo na sua Campos (RJ) natal. Seu quinto CD tem 15 faixas e... 25 minutos de piadas! “A fórmula é bem aceita no Nordeste, onde tenho um público cativo”.



A NOVIDADE EM GOIÂNIA É... UÓ!

Belém tem Calypso. Goiânia tem Banda Uó. Numa brincadeira – mui respeitosa, eles garantem – com o tecnobrega, três amigos goianos criaram um projeto que mistura o ritmo paraense a electro, pop e rock e já chama a atenção no saladão do *global ghettotech*, a música eletrônica inspirada em sons periféricos cujo ícone máximo é M.I.A. Até Diplo, produtor da cantora de “Paper Planes”, já está de olho no batidão de Davi Sabbag, Matheus Carrilho e Candy Mel. “Diplo tuitou um vídeo nosso dizendo ‘isso é muito bom’. O blogueiro americano Perez Hilton também elogiou”, Davi comemora. Com um EP de versões nacionais tecnobregas para *hits* pop internacionais gravado, eles agora produzem o primeiro CD.



NATUREZA NO DNA

Não é só pelo nome. A natureza está no DNA da banda In Natura, de Brasília, formada por três ex-integrantes do Natiruts: Bruno Dourado, Izabella Rocha e Kiko Peres. “Das curvas que o vento faz em você caem folhas, nascem folhas, seu corpo balança”, diz a letra singela de “Beleza Divina”, parceria de Izabella e Kiko presente no primeiro disco do grupo, “Um Artista Brasileiro”. É com naturalidade que essa turma faz poesia musicada com MPB de sotaque super-reggae. O grupo anda às voltas com a gravação do segundo disco, ainda sem data de lançamento.

Divulgação



ODE ÀS MARCHINHAS... E A MÁRIO LAGO

Por Alessandro Soler

O mês de novembro vai marcar o centenário de nascimento de Mário Lago. E, entre as muitas homenagens programadas para o autor de “Ai, que Saudades da Amélia” e “Aurora”, uma promete ser especialmente emocionante. Coube a um dos maiores compositores de marchinhas de todos os tempos, João Roberto Kelly, remusicar a até há pouco desaparecida “Braço é Braço”, escrita por Lago em 1930 em parceria com Nelson Barbosa, cocriador do célebre “Hino do Cordão da Bola Preta” ao lado de Vicente de Paiva. “O Mariozinho Filho me mandou a letra, a melodia tinha se perdido. Fiz a nova música em um fim de semana. A marchinha é boa, rapaz! É uma homenagem ao Bola Preta, muito engraçada. Deve entrar num disco que, me parece, vai se chamar ‘Folias do Lago’, com algumas das maiores marchinhas dele”, contou o autor de um sem-número de *hits* carnavalescos, “Cabeleira do Zezé”, “Mulata lê-lê-lê”, “Colombina”, “Bota a Camisinha” e “Maria Sapatão” entre eles. Numa festa em junho, no Rio, Kelly também foi homenageado, mas pelos seus 50 anos de carreira (na verdade já são 53), com o lançamento de um álbum repleto de seus sucessos do período carnavalesco e do “meio de ano”, como os sambas “Boato” e “Gamação”.

Qual era a sua relação com Mário Lago? Como foi assinar a primeira parceria com ele, mesmo que póstuma?

JOÃO ROBERTO KELLY: Mário Lago era uma figura sensacional. Mas não tive intimidade com ele. Infelizmente, nunca trabalhamos juntos. É a minha primeira parceria póstuma, foi uma grande responsabilidade estabelecer uma grande unidade entre letra e música, com critério e cuidado. Afinal ficou tudo por minha conta, não vai ter o retorno dele, dizendo se gostou ou não (*risos*). Não mexi numa vírgula de “Braço é Braço”. Ela nunca foi gravada. Acredito que muito pouca gente a conheça.

Como foi essa homenagem que recebeu pelo cinquentenário de carreira?

KELLY: Houve o lançamento de um álbum com músicas minhas, o repertório de “meio de ano”, as partituras dos programas de TV, como “My Fair Show” e “Times Square” (ambos da TV Excelsior) e “Praça Onze” (da TV Rio). A garotada hoje não sabe, mas, nas décadas de 60 e 70, eu era o responsável pelos grandes programas musicais da TV. E sinto saudades.

As marchinhas foram a tradução da irreverência e da criatividade da música popular durante décadas. A que estilo musical cabe esse papel hoje?

KELLY: Hoje destaco a música de periferia, o próprio funk, que tem esse papel de traduzir o espírito do nosso tempo de um modo bem-humorado. Mas isso vem desde que a música popular nasceu. O J.B. Silva, conhecido como Sinhô, era um grande crítico dos costumes, satirizava as transformações do seu tempo (o início do século 20). Quando ele canta “a Bahia não dá mais coco para fazer a tapioca...”, em “Fala, Meu Louro”, faz uma descrição sarcástica da derrota do baiano Rui Barbosa para Epitácio Pessoa na eleição presidencial de 1919.

Festeja-se há alguns anos o renascimento do carnaval de rua do Rio. Mas para quem faz marchinhas esse ressurgimento é assim tão significativo?

KELLY: O ressurgimento nos tocou muito. Essa meninada fantástica que está aí nos blocos foi buscar nosso repertório. A renovação completa só não é maior porque falta divulgação. A Fundação Progresso faz concurso todo ano, eu louvo o Perfeito Fortuna e o esforço dele. A marchinha precisava estar mais nas rádios. Antigamente tocava a partir de novembro. Agora a internet pode ter um grande papel na divulgação. No último carnaval fiz a “Marcha do Xixi”, que foi parar em campanha na TV Globo e acabou pegando.

Suas músicas são obrigatórias em bailes, bandas e blocos de carnaval, mas tocam também durante o ano todo. A arrecadação dos direitos autorais é satisfatória?

KELLY: Sim, bastante satisfatória. Sendo um país de dimensões continentais, o Brasil tem um sistema de arrecadação muito eficiente. É muito mais difícil aferir o que está sendo executado em lugares tão remotos. Mas o Ecad, mesmo não sendo perfeito, tem um trabalho excelente. Era um sonho de todos nós que fazíamos música e não tínhamos um organismo central. Vivi o tempo em que, para dar um baile de carnaval, era preciso pagar direitos autorais a cada uma das sociedades. O Ecad facilitou demais.

O Ecad esteve no olho de um furacão, recentemente, quando se descobriu uma fraude pontual, com a arrecadação indevida por parte de uma pessoa. Alguns críticos se apressaram em pedir o fim do escritório central. O que acha disso?

KELLY: De forma nenhuma concordo com isso. Para quem viveu um período sem garantia de que os direitos autorais seriam recolhidos, não dá para querer voltar. A gente tem é que dar força, aperfeiçoar. É aquela coisa: criam uma nova entidade, e quem garante que vai ser bem gerida como o Ecad, como a UBC? Essas sociedades e o Ecad são uma vitória para os compositores. Sozinhos, não teríamos força. 

LANÇAMENTOS



GUITARRAS DO CERRADO (GRV DISCOS)

Nove guitarristas de Brasília uniram a potência de seus instrumentos ligados no amplificador para celebrar a obra de Jimi Hendrix (1942-1970). A ideia de fazer o disco coincidiu com a chegada dos 50 anos de construção da capital, onde moram os músicos. Portanto, "Guitarras do Cerrado Interpretam Jimi Hendrix" também celebra o aniversário de Brasília. Entre as nove composições de Hendrix revisitadas estão "Third Stone From the Sun", "Midnight", "Valleys of Neptune" e "Who Knows".



NOSLY (INDEPENDENTE)

Produzido por Zeca Baleiro, "Parador" é um álbum pop com a participação especial de Zélia Duncan. A cantora e compositora divide os vocais com Nosly na faixa "Nome", parceria dele com Olga Savary. Além de cantar, Nosly é um exímio violonista e compositor, parceiro de Chico César ("Bilhete Azul Claro"), Sérgio Natureza ("Voo Noturno"), Fausto Nilo e Baleiro ("Versos Perdidos"), entre muitos outros. O disco traz influências das cidades de São Luís, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.



AUGUSTO MARTINS (MILLS RECORDS)

O álbum "Samba Popular Brasileiro" é uma viagem ao gênero musical brasileiro com raízes africanas, conduzida por Augusto Martins com a ajuda do jornalista e pesquisador Bráulio Neto. Ao revisitar clássicos como "Dois de Fevereiro" (Dorival Caymmi), "O Ronco da Cuíca" (Aldir Blanc e João Bosco), "Você Não Entende Nada" (Caetano Veloso) e "O Poder da Criação" (João Nogueira e Paulo César Pinheiro), Augusto tira o seu chapéu para um roteiro conhecido de sambas assobiáveis, segundo a tradição popular.



CHICO BUARQUE (BISCOITO FINO)

Após cinco anos de dedicação à literatura, Chico Buarque lança "Chico". Repleto de inéditas, o álbum traz dez faixas com participações como do amigo João Bosco ("Sinhá"), do seu baterista Wilson das Neves ("Sou Eu", parceria com Ivan Lins) e da namorada Thais Gulin ("Se Eu Soubesse"). Numa experiência inédita, o álbum foi lançado primeiro pela internet – apenas na pré-venda virtual, foram comprados oito mil discos. Antes do lançamento, o compositor postou um vídeo por dia no site www.chicobastidores.com.br, alguns deles divertidíssimos.



MARINA LIMA (FULLGÁS)

Cinco anos depois de "Lá nos Primórdios", a cantora e compositora Marina Lima lança "Clímax", revelando quem são os seus novos parceiros na música: Adriana Calcanhotto ("Não me Venha Mais com o Amor"), Samuel Rosa ("Pra Sempre"), Vanessa da Mata ("A Parte que me Cabe") e Karina Buhr e Edgar Scandurra ("Desencantados"). Marina faz uma reflexão sobre a passagem do tempo e a própria vida. A mudança do Rio para São Paulo também está no disco ("#SPfeelings") e ela parece colocar as cartas na mesa ("De Todas que Vivi" e "Keep Walkin'", sem parceiros).



UMA FLOR PARA NELSON CAVAQUINHO (VÁRIOS - LUA MUSIC)

"Uma Flor para Nelson Cavaquinho" segue o baile de homenagens prestadas ao poeta no ano do seu centenário. Nelson (1911-1986) tanto reivindicava as flores em vida que continua a recebê-las após a morte. No álbum, 21 cantores registraram os grandes sucessos do sambista. Entre eles, Alcione ("Quando Eu me Chamar Saudade"), Beth Carvalho ("A Mangueira me Chama") e Arnaldo Antunes ("Luz Negra").



ROCK COM GOSTO DE ASFALTO

Por Monica Ramalho

Para celebrar a primeira década de muitas viagens sonoras, a banda mineira Falcatrú está lançando seu quarto álbum, "Urbano", com produção de Chico Neves e mixagem de Tchad Blake, dois pesos-pesados do mercado de música internacional. O disco tem uma pegada rock'n'roll e já está fazendo sucesso nas redes sociais por causa do clipe da faixa-título, diz o vocalista André Miglio, nesta entrevista.

Quando terminam um álbum, desejam que o próximo seja completamente diferente? "Urbano" é o disco mais roqueiro de vocês?

ANDRÉ MIGLIO: Com certeza! Nesse disco conseguimos o encontro necessário dos diferentes elementos do rock. Temos a guitarra, o baixo, a bateria e a voz com atitude para fazer o que as músicas pedem, chegando a uma linguagem que dialoga com o nosso momento atual.

O disco foi produzido pelo Chico Neves, responsável por sucessos de Lenine, O Rappa, Los Hermanos e Skank, entre muitos outros. Como foi trabalhar com ele?

ANDRÉ: O Chico é uma pessoa muito especial, e é claro que isso se reflete no trabalho de produção do disco. Além da bagagem que ele tem no ramo e dos recursos do seu estúdio, existem a generosidade, o cuidado, a sutileza e, principalmente, o ambiente proporcionado para a criação.

Outra participação de peso no álbum foi de Tchad Blake, que mixou as dez faixas. Tchad já trabalhou com Elvis Costello, Peter Gabriel e Pearl Jam. Como foi essa parceria?

ANDRÉ: Tchad e Chico se conheceram no Real World Studios, do Peter Gabriel, na Inglaterra, e vêm fazendo parcerias para a mixagem de alguns trabalhos. Como queríamos fazer um disco de rock, nada seria melhor do que um cidadão que está imerso nessa linguagem.

Como escolheram a música que nomeia o disco para ganhar clipe?

ANDRÉ: A música "Urbano" dá o nome e o conceito ao disco e, por ser muito imagética, pedia um clipe desde a sua gênese. Quando nos sentamos com o Xande Pires, que é o diretor, as ideias borbulharam e, em menos de duas semanas, estávamos com todas as imagens. Não sabemos exatamente quantas pessoas já assistiram, mas o retorno que estamos tendo nas redes sociais é surpreendente.

A música "Pechincha", do segundo disco, tocou nas rádios e fez parte da trilha sonora de programas como "Manhatan Connection" e "Big Brother Brasil". O que isso significa para uma banda?

ANDRÉ: Isso significa que a música é boa, foi reconhecida e, quando está no repertório, continua divertindo e convencendo o público por onde passa.

INTERNACIONAIS

G8 LANÇA DECLARAÇÃO PELA PROPRIEDADE INTELECTUAL



Os países do G8 discutiram, em Paris, no final de maio, o futuro da internet. Além das oito nações mais ricas do mundo e da Rússia, participaram do encontro executivos de importantes companhias como Google, Facebook e Amazon. O presidente francês, Nicolas Sarkozy, reafirmou sua posição crítica ao desrespeito aos direitos autorais na web. Juntos, os líderes pediram regulação mais firme para o trânsito virtual de conteúdo. Eles escreveram uma declaração de princípios exigindo liberdade, privacidade e proteção à propriedade intelectual. "Governos, setor privado, usuários e investidores, todos têm um papel importante em criar um ambiente onde a internet pode se desenvolver de maneira equilibrada", disse Sarkozy.

UBC VAI AJUDAR VÍTIMAS DE TSUNAMI

A UBC vai doar a um fundo de ajuda ao Japão seu percentual societário gerado pela arrecadação do repertório da Jastrac (sociedade autoral japonesa) no Brasil durante este ano. O fundo tem como objetivo recuperar o país e prestar auxílio às vítimas do terremoto seguido de tsunami e desastre nuclear de março. A decisão foi tomada depois que membros da Jastrac relataram, na assembleia geral da Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores (Cisac), em junho, em Bruxelas, a mobilização de alguns compositores locais, que têm doado seus rendimentos. A participação da UBC no movimento foi aprovada em reunião de diretoria do dia 15 de junho. A colaboração deverá ser remetida a cada trimestre.

BARDEM PEDE RESPEITO À CRIAÇÃO

Profissionais do cinema, entre eles o ator espanhol Javier Bardem e vários cineastas, fizeram um apelo aos internautas para que respeitem a criação e ajudem a indústria cultural a sobreviver à pirataria. Ao lado do diretor Iain Smith, do produtor egípcio Esaad Younis e do produtor e diretor indiano Bobby Bedi, Bardem pediu que um tratado global seja firmado para proteger os direitos de autor. O astro falou das dificuldades financeiras que muitos trabalhadores da produção audiovisual enfrentam. "A remuneração é crucial, não para mim, mas para os 90% que enfrentam problemas sérios para ganhar a vida", afirmou. Segundo dados de Smith, o cinema perdeu US\$ 25 bilhões no ano passado em decorrência da pirataria.



NORUEGA DISCUTE MEDIDAS ANTIPIRATARIA

O Ministério da Cultura da Noruega propôs emendas para modificar a Lei de Direitos de Autor do país, com o objetivo de combater a pirataria. Pela nova proposta, empresas não mais precisariam de uma licença especial do governo norueguês para obter os dados de IP e monitorar os usuários que trocam conteúdo protegido. Também há a intenção de obrigar os provedores a bloquear sites que promovem o *download* ilegal, como o The Pirate Bay. Haveria duas alternativas para supervisionar os pedidos de bloqueio: concentrados em uma junta de queixas e apelações do poder federal ou através dos tribunais. Caso sejam aceitas, as novas determinações entrariam em vigor em 2012.

BARCELONA CONTRARIA A LEI SINDE

ÍNDICE WEB

O Tribunal de Barcelona indeferiu o recurso da Sociedad General de Autores y Editores (SGAE), a principal sociedade de autores da Espanha, contra o site Índice-Web, negando que linkar outras páginas de *download* seja o mesmo que pôr conteúdo à disposição. A decisão contraria uma anterior, que condenou o endereço Elrincondejesus.com pelo mesmo motivo. A sentença foi um golpe na chamada Lei Sinde, que prevê o fechamento rápido de sites que oferecem conteúdo protegido por direitos autorais. Segundo o advogado Javier de la Cueva, que defendeu o site, esta é a primeira vez que um tribunal "analisou a natureza jurídica dos links e sua relação com a disponibilização, uma das modalidades de comunicação pública reguladas pela lei de propriedade intelectual".



Centavos digitais

MERGULHAMOS NA ARRECADAÇÃO DAS NOVAS MÍDIAS – INCLUINDO O YOUTUBE – PARA DESVENDAR MITOS E DESCOBRIR COMO SE DÁ A DISTRIBUIÇÃO

As mídias digitais dão um grau de visibilidade e divulgação nunca antes experimentado às obras musicais? Isso é fato – e é uma realidade indiscutível. Mas tem vindo à baila com frequência a incerteza de o quanto, de fato, se ganha com isso: afinal, o retorno financeiro é grande? Fomos à cata de dados que nos ajudem a entender como funcionam a arrecadação e a distribuição de direitos nos meios digitais. Vivemos um momento de mudanças tecnológicas, e as metodologias para arrecadar direitos e distribuí-los se adaptam constantemente e acompanham o ritmo acelerado da evolução dos modelos de usos online e portáteis.

Além de esses serviços digitais serem relativamente recentes, muitos ainda não proveem às sociedades de gestão coletiva de direitos autorais as informações necessárias sobre o uso de músicas na internet, o que dificulta o rastreamento das execuções virtuais – e, consequentemente, a distribuição.

“Parece-me uma utopia achar que o consumidor deve simplesmente pagar por toda e qualquer execução. Acho que isso deveria ser regulamentado, haver metadados, cobrança da precisão das informações dos arquivos digitais”, acredita o compositor, produtor e multi-instrumentista Alexandre Kassin. “O que vivemos agora não é uma luta armada. É uma readaptação a uma nova estrutura. Devemos preservar a ideia básica do direito do autor, do direito conexo. Como fazê-los existir no meio digital? Isso para mim é o ponto. Os valores (*de arrecadação e distribuição nas mídias digitais*) estão baixos. Deve haver regulamentação, sim”.

O compositor André Abujamra faz coro, e sente falta de uma mobilização da classe artística na cobrança dos direitos.

“Acho importante achar uma forma de pagamento – não sei como vai ser ainda. Tem muitas classes dentro da classe artística. É utópico pensar que se trata de uma só classe. Não acho que nós, artistas, somos unidos e, por isso, cada um quer a sua fatia do bolo de formas diferentes. Uma pena”, afirma o músico.

Pagar direitos pelo uso online ainda não é regra, e, muitas vezes, quando se paga, as informações sobre as obras não são enviadas às sociedades. Uma exceção que reverberou por aqui nos últimos meses foi o YouTube. Como se sabe, no ano passado o Google e o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) assinaram uma carta de intenções prevendo o pagamento de direitos autorais de execução pública relativos às músicas veiculadas pelo canal de vídeos no Brasil (só valendo para acessos feitos no país). Segundo a legislação brasileira, o pagamento de direitos das músicas usadas no ambiente digital é obrigatório.

O valor a ser pago é baseado num percentual sobre o faturamento da operação do YouTube. Já a distribuição dos valores considera as músicas mais executadas. Uma linha de corte foi criada, para que o valor mínimo distribuído por música seja de R\$ 1 – esta foi a forma encontrada para o repasse de valores gerados se tornar tecnicamente viável (veja mais informações no comunicado do Ecad enviado em junho deste ano disponível em www.ubc.org.br). Assim, a quantidade de fonogramas no ranking é determinada pela verba a ser distribuída e pela quantidade de execuções (neste caso, visualizações).

Em setembro, o Google pagou R\$ 252 mil relativos à garantia mínima, a ser complementada de acordo com o faturamento entre julho/2010 e junho/2011. E, em junho deste ano, foram distribuídos valores referentes ao período de junho a dezembro de 2010 de acordo com o cronograma de distribuição. Foram distribuídos R\$ 67.387,81 (de um total arrecadado de pouco mais R\$ 126 mil) a 6.482 titulares (autores, intérpretes, músicos, editoras e produtores fonográficos), sendo 2/3 para direitos de autor e 1/3 para conexos. Vale lembrar que, do valor arrecadado, 17% são recebidos pelo Ecad; 7%, pela UBC para cobrir

seus custos administrativos, e 76% são repartidos pelos associados envolvidos. Porém, nem tudo foi distribuído, esclarece o Ecad, porque muitas obras e fonogramas não estão com o cadastro em dia, ficando, assim, retidas no aguardo dessa atualização para efetivar a distribuição.

Em seis meses, foram 5.959 fonogramas executados, num total de visualizações que passa de 1,6 bilhão (!). É aí que a matemática pesa: arrecadou-se cerca de R\$ 126 mil, em contraponto com uma quantidade “bilionária” de cliques. Para se ter uma ideia, Justin Bieber, o intérprete com maior rendimento, alcançou uma quantia menor do que R\$ 1 mil nesta distribuição. O primeiro brasileiro a aparecer no ranking, em quarto lugar, é Sorocaba, da dupla Fernando e Sorocaba.

Apesar do trabalho constante com o intuito de conscientizar os usuários de música no segmento de internet, a arrecadação de mídias digitais ainda é baixa por aqui – não chega a 1% do total arrecadado pelo Ecad, que, em 2010, distribuiu, ao todo, R\$ 246,5 milhões a 87.500 titulares. E essa proporção é uma tendência mundial. Segundo dados contidos no relatório de 2010 da Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores (Cisac), que congrega 232 sociedades em todo o mundo, o segmento digital/multimídia correspondeu no ano de 2010 a somente 1,4% da receita dos direitos autorais de execuções públicas.

Essa distribuição de direitos arrecadados em mídias digitais começou no Brasil também no ano passado, com a criação de um novo segmento de distribuição pelo Ecad (relativo ao uso por meio de *simulcasting*, *webcasting* e outras execuções pela internet). A primeira distribuição, em novembro passado, foi de pouco mais de R\$ 1,1 milhão, referente a valores arrecadados até o mês de junho, e atingiu oito mil titulares. A segunda, que contemplou o período de julho a dezembro/2010, ocorreu em junho deste ano, totalizando R\$ 982 mil (incluindo a distribuição do YouTube, de R\$ 67 mil).

A remuneração baixa resultante das execuções na web se repete em outros territórios. Del Bryant, presidente da BMI, uma sociedade americana de gestão de direitos autorais, revelou recentemente, numa reportagem do jornal “The New York Times”, sua estratégia para se adaptar aos novos tempos: quando surge um novo *player* no mercado, no lugar de matá-lo, deve-se fechar um contrato. A atitude nem sempre renderá dinheiro, mas marcará território. A BMI fez assim com empresas online como Napster e Rhapsody, nos últimos anos. “Fechamos contratos que não eram tão lucrativos. Eram como marcadores de lugar, métodos para fazer com que trabalhássemos juntos”, afirmou.

O cenário até esboça certo otimismo. Mas, por enquanto, pouca gente quer pagar pela música online. E, mesmo quando os serviços são pagos, a remuneração pelos direitos ainda é baixa.

Em 2010, o Brasil foi o 10º maior mercado de música do mundo, de acordo com relatório sobre o perfil elaborado pela consultoria Informa Telecom & Media, do Reino Unido. O valor das vendas digitais cresceu 26,2% por aqui ano passado, chegando a US\$ 38 milhões (ou 16,7% do mercado, contra 75,5% de vendas físicas, que caíram em relação a 2009). E as assinaturas de serviços digitais (como Sonora, que oferece *downloads* ilimitados e tem mais de 300 mil usuários pagantes) corresponderam a 60% desse total de vendas digitais (à frente, inclusive, de músicas para celular, que dominavam esse segmento).

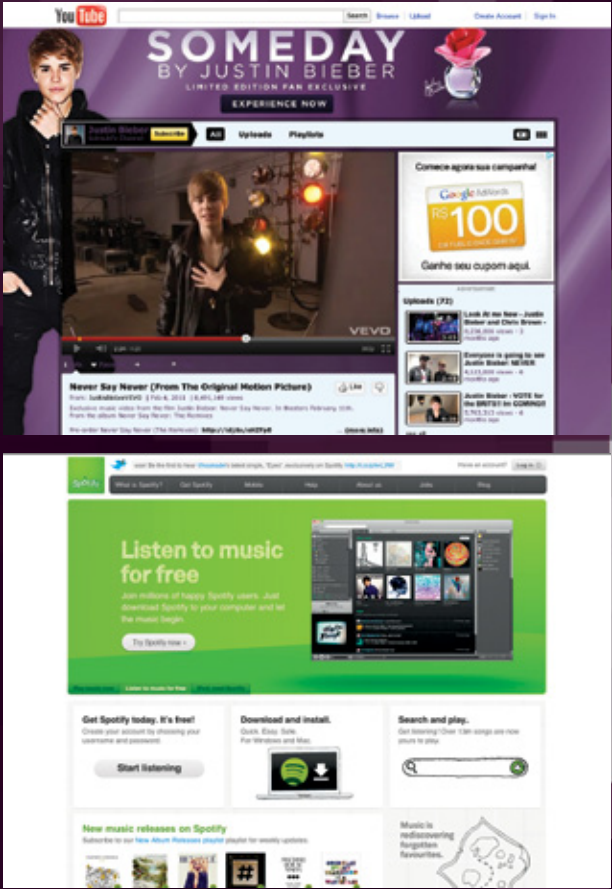
Até o Spotify tem tentado converter seus clientes em pagantes, oferecendo uma assinatura mensal. Um grande desafio. Mas serviços de *streaming*, aliás, passam a frente do *download* entre os consumidores de tecnologias digitais. E os sites que oferecem o *streaming* devem pagar pelo uso da música ao Ecad, que arrecada direitos de execução pública – assim como o rádio.

Porém, embora o setor de assinaturas para uso de música online esteja mostrando sinais de otimismo, em busca de retorno financeiro por meios legais, muitas empresas que oferecem serviços de execução pública musical pela internet ainda não fazem a devida remuneração aos autores.

Em muitos países, provedores vêm atuando em parceria com os detentores de direitos para coibir as práticas ilegais. Muitas vezes, com apoio do governo. Caso dos EUA, onde recentemente provedores se alinharam com as indústrias fonográfica e de cinema nesse combate. E da França (com apoio do presidente Sarkozy), Coreia do Sul, Nova Zelândia...

Mas por que, afinal, tamanha resistência em pagar por música online? Mike O'Neill, vice-presidente de repertório e licenciamento da BMI, disse ao mesmo "The New York Times" que muitos dos consumidores, criados ouvindo rádio, costumam pensar que, "se rádio era grátis, por que na internet a música não pode ser igualmente gratuita?". Mas o rádio não era de graça: as emissoras pagavam pelo licenciamento das obras e fonogramas, fazendo com que os titulares de direito autoral recebessem a devida remuneração.

"Acho que a fiscalização no Brasil deveria ser extrema. Ela é frouxa. Não acho que o consumidor deva ser punido (*pelo uso ilegal de obras musicais*), mas o canal que leva ilegalmente deve ser punido. Além disso, todo o mercado musical poderia ser amaciado com uma redução de impostos. A quantidade é absurda", conclui Alexandre Kassin. 



FIQUE DE OLHO

ECAD X HOTÉIS

Continua a polêmica envolvendo o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) e a rede hoteleira do país sobre o pagamento para transmissão de música e imagem nos ambientes de convivência dos hóspedes. O Ecad alega que os quartos de hotel seriam lugares de frequência coletiva. Os donos desses estabelecimentos defendem que quartos são de uso exclusivo dos hóspedes. O Superior Tribunal de Justiça decidiu que os hotéis com rádio ou televisão nos quartos devem pagar direitos autorais à entidade. Para o Ecad, a renda originária desse tipo de negócio compõe o segmento de usuários gerais, juntamente com a arrecadação advinda pelo pagamento das mensalidades de restaurantes, academias, shoppings, redes de lojas e supermercados, entre outros. O Ecad afirma que esse segmento de usuários gerais é muito importante e significativo para a sua receita, já que representou, no ano passado, 35,32% da arrecadação total, que foi de R\$ 432.953.853. Os valores arrecadados deste segmento poderão sofrer um decréscimo até que o Judiciário dê o seu parecer final.

BIBLIOTECA DE SONS

Em 30 de junho, o Ecad implementou o projeto Biblioteca de Áudio, desenvolvido em parceria com a PUC-Rio. Desde então, o pioneiro sistema Ecad Tec CIA Rádio está fazendo, ainda em fase experimental e em paralelo com o sistema vigente, a identificação automática das execuções musicais nas rádios de todo o país. Diversas gravadoras e artistas independentes já enviaram as suas bases de dados sonoros para o Ecad. A UBC também está criando a sua biblioteca de sons com objetivo similar. Para isso, é preciso que os titulares mandem o quanto antes os registros sonoros de suas composições. Outras informações pelo telefone (21) 2223-3233, no setor de Atendimento, ou na sua filial.

EXPO SHOW BUSINESS

Quer saber mais sobre o cenário musical, que tem sofrido profundas mudanças? Nos dias 27 e 28 de setembro, haverá a segunda edição do Expo Show Business, onde profissionais dos mercados de entretenimento e musical se encontrarão para fazer negócios, promover serviços e produtos e debater, em painéis e workshops, as novidades dos setores. O compositor Fernando Brant, diretor-presidente da UBC, fará parte da mesa "Direitos Autorais – O aumento na arrecadação do Ecad, as disputas com emissoras de rádio e TV e o diálogo com empresários artísticos e organizadores de eventos", no dia 27, às 14h. A primeira edição da feira, em 2010, reuniu mais de 2.400 profissionais e interessados. Para saber mais: www.exposhowbusiness.com.br

NET CAMPO GRANDE PERDE BATALHA

Em dívida com o Ecad desde 2004, a Net Campo Grande foi ajuizada em uma ação de cobrança e perdeu em primeira instância, sendo proibida de veicular músicas em seus canais. A TV recorreu da sentença, mas, no dia 5 de julho, por decisão unânime, os desembargadores da 3ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul negaram provimento ao recurso, mantendo a decisão inicial. Contudo, em virtude da apresentação de novos recursos pela NET, que estão pendentes de julgamento, a decisão ainda não está em vigor.

INFORME SEU SHOW

Vai se apresentar em público ou sabe do show de algum artista que interpreta suas obras, no Brasil ou no exterior? Você mesmo pode avisar à UBC, garantindo o pagamento dos direitos autorais. O processo leva poucos minutos e é bem simples. Basta entrar no nosso site (www.ubc.org.br), clicar em "Informe seu show" e preencher as informações, como nome do intérprete, local da apresentação, data e repertório previsto. Esses dados serão repassados ao Ecad, responsável por fazer esse monitoramento. O ideal é que você se comunique conosco antes de o show acontecer! 

ALGUMA COISA ACONTECE...

...NA IPIRANGA, NA SÃO JOÃO, NA AUGUSTA.
E POR TODA SÃO PAULO SE EXPANDE UMA DAS
MAIS INVENTIVAS CENAS MUSICAIS DO PAÍS

Por Alessandro Soler * Foto de Fernando Donasci

No princípio eram os modernistas. Depois se fizeram os festivais. E vieram tropicalistas. E novos baianos. E os vanguardistas da Lira Paulistana. E roqueiros, rappers, sambistas, sertanejos, bregas, pagodeiros, coloridos... Não é de hoje que a cidade para onde o Brasil converge lança tendências. Esqueça os surrados lugares-comuns: São Paulo não é tumulto; é um berço de música boa e hoje vive uma das cenas mais inventivas do país.

Não dá para não notar. Começou de mansinho há alguns anos, espontaneamente, embalando o renascimento urbanístico da Rua Augusta. Mas um verdadeiro movimento – difícil de relacionar esteticamente, tamanha a diversidade de estilos – se espalhou para outros bares e casas de shows, no Centro antigo e em redutos musicais tradicionais como Vila Madalena e Pinheiros. Ninguém sabe definir muito bem o que está acontecendo na metrópole. Mas é fato que acontece.

“Estou na área há 30 anos. E sinto que é realmente um momento diferente”, resume Maurício Tagliari, do selo YB Music. “A decadência das grandes gravadoras mexeu com tudo, a turma independente passou a produzir no país inteiro e, de alguma forma, se encontrar aqui. São Paulo é a vitrine mais ativa. Primeiro foram os pernambucanos. O Nação Zumbi praticamente se mudou para cá. O Fred Zero Quatro, a Lulina, a Karina Buhr. Mas depois veio artista de toda parte, não para de vir! São anos de uma mistura louca, a coisa fermentou”.

O bolo cresceu e ganhou muitos sabores, mas a massa é caseira: é pura MPB, com sotaque sambista, roqueiro, jazzístico, folk, eletrônico... Numa homenagem e numa evidente brincadeira com outra turma que fundia estilos com classe,

Dudu Tsuda, Tatá Aeroplano, Thiago Pethit, Tiê e Tulipa Ruiz se juntaram no coletivo Novos Paulistas, em 2009, e chegaram a tocar até em grandes festivais. A expressão pegou de tal forma que por novos paulistas passou a ser conhecida a turma toda. Mas o rótulo, eles dizem, unânimes, não os representa.

“É bobagem, parece arrogância... Trata-se da nova música brasileira que, por acaso, converge para São Paulo. A música acontece no país inteiro, mas a difusão rola de um modo especial aqui, até por concentrar muita gente criando”, define Romulo Fróes, um dos mais proeminentes da cena. “A princípio, a colaboração e a troca tão intensas, marcas da nossa geração, se deu por sobrevivência. Mas o convívio derivou num movimento. Eu escrevo para o Curumin, que toca no meu disco. O Rodrigo Campos me chama para produzir o disco dele, e ele toca comigo. O Marcelo Cabral, meu baixista, é produtor do Criolo. Ninguém é mais uma coisa só”.

A semelhança com a Vanguarda Paulista de Itamar Assumpção e Arrigo Barnabé é evidente. Na definição de Fernando Catatau, do Cidadão Instigado, banda *mezzo* cearense, *mezzo* paulistana e referência para a nova cena da cidade, é a lógica do “artista operário, que carrega o tijolo, põe a massa, ajuda a fazer a parede”.

“É quase uma feijoada, cada um fazendo o seu e misturando. Rola muita amizade, muita colaboração. A internet facilitou a divulgação. Podia estar acontecendo tudo isso, e, como é independente, ninguém ficar sabendo. Não estamos no Faustão, estamos aqui, quietinhos, e, graças à internet, fazendo show, nos comunicando”, diz a pernambucana Lulina, que se encontrou na terra das misturas.

Maurício Bussab, da Tratore Records, é entusiasta deste momento especial. Mas não acredita que a internet, sozinha, será capaz de projetar nacionalmente, no *mainstream*, uma cena que “empolga muito mais os nerds da música do que o público civil, que ouve rádio”.

“A gente não sabe o tamanho do mercado, esse é o fato. A Tratore tem em catálogo uns 1.600 discos ativos, e a gente representa mais ou menos um terço do que se tem feito. O meu chute é que haja uns cinco mil artistas neste momento na cena independente de São Paulo. É coisa à beça. O momento é muito interessante, de efervescência musical. Tem gente muito boa criando, como Anelis Assumpção, Iara Rennó, Andreia Dias (do núcleo Dona Zica), tem o Criolo, o (sambista) Kiko Dinucci, que não é só um artista fantástico, é um polo agregador de gente boa em torno de si. Mas uma característica interessante é que ainda é algo muito regional, que se movimenta por selos pequenos, produtores independentes. Tirando nomes como Céu e alguns outros, não tem dimensão nacional”, cogita Bussab. Para ele, porém, isso não é um problema. Só falta mesmo, prega, mais integração entre as cenas de diferentes partes do país.

A paulistana Blubell já vê uma troca promissora. Ela, que convive com gente do país inteiro em São Paulo, toca frequentemente com nomes fortes do mercado carioca como Nina Becker, Do Amor e Letuce e morou por seis meses no Rio, tem um jeito curioso de interpretar as coisas:

“No Rio, a impressão que eu tinha era que todo mundo se conhecia desde a terceira série. Aqui as pessoas vêm de muitas partes e têm que se integrar. Estou feliz, acho que tenho sorte de viver esse momento”.

ROMULO FRÓES

Romulo Fróes é um cara visual. Porta-voz e tradutor de uma geração que ainda se debate entre a euforia do encontro, da cooperação feliz, e a dura realidade da ausência de apoio, de grande público, de projeção e de grana, ele sempre foi ligado às artes plásticas. Ex-assessor de Nuno Ramos (viveu com ele a polêmica dos urubus na última Bienal de Artes de São Paulo), parceiro de Nuno e de Clima num sem-número de lindas canções, Romulo apresenta em seus discos capas espetaculares (a última, do recém-lançado “Um Labirinto em Cada Pé”, é uma perturbadora instalação de Tatiana Blass). Mas não é só isso. Suas letras evocam imagens fortes. “Bate essa cabeça contra o muro e vai/ Do outro lado tem um dia/ Feito de beleza e de alegria/ Mas nunca será a semana inteira”, diz um trecho de “Muro”, candidata a *hit* do novo álbum e uma reconciliação com a MPB de tintas sambistas que ele faz de um modo muito próprio – mas que chegou a renegar, depois dos primeiros discos, “Calado” (2004) e “Cão” (2006).

Rotulado de sambista no início da carreira, Romulo se sentiu um impostor e resolveu atirar para outros lados, sobretudo no álbum duplo “No Chão sem o Chão”, de 2009, em que se esforçou por mostrar uma veia roqueiro-experimental de resultado algo hermético. Em “Um Labirinto...”, disco que tem mais a sua cara, como ele próprio define, o “cantautor” reencontra um tom mais acessível, mas, sobretudo, mais apaziguado – talvez graças ao trabalho redondo que desenvolveu com sua banda, formada por Guilherme Held (guitarra), Marcelo Cabral (baixo), Rodrigo Campos (cavaquinho), Thiago França (sax) e Pedro Ito (bateria). Nina Becker faz *backing vocal* em várias canções, e Dona Inah, sambista de 75 anos, tem participação marcante. “MPB seria o rótulo certo, se ele não tivesse sido destruído ao longo dos anos, denegrado... MPB virou sinônimo de cantor de boteco que faz *cover* do Djavan com o violão. Minha geração quer fugir disso, tem algo muito autoral. Mas, apesar de tudo, o rótulo é bom, ele explica o que é”, Romulo define. “O som que a gente está fazendo por aqui é dos melhores já feitos. Isso se deve à prática, ao exercício, a saber sobre o instrumento e saber sobre como é gravado. Há apuro técnico, gosto pelo timbre, pelas sonoridades, que é característica da minha geração. É óbvio que você precisa de mais do que isso para fazer algo relevante, precisa de boas canções... Eu identifico a última década como uma unidade. A gente lança discos interessantes a cada ano. Eu acabei de lançar meu disco. Daqui a dois meses ele vai ser passado. Vai sair o novo do Siba, o do Nação Zumbi. É uma efervescência muito grande, difícil de ser acompanhada”.

A falta de um grande público nacional ele, como os outros da cena, também atribui à fragilidade das *majors*, incapazes de apostar em movimentos de vanguarda como fizeram em décadas anteriores. “Rádio faz muita falta para a minha geração. Acho que se a gente tocasse as pessoas ouviriam e comentariam mais. E era isso que a grande indústria garantia, apesar do seu jeito obscuro, do jabá”, ele comenta. “Agora, por outro lado, a gente está conseguindo fazer o que quer, sem dever nada. Só precisa aumentar, melhorar, expandir. A gente faz música popular, e eu quero que seja ouvida. Não faço para os meus amigos. Mas faço de um modo estranho, peculiar, meu, e não quero abrir mão disso. É... Talvez a minha música não combine mesmo com o rádio”.

LULINA

Ela tem um jeito meigo de falar, de cantar, de escrever e de construir um mundo de seres mágicos, números cabalísticos, referências regionais (e universais), figuras fofinhas e outras nem tanto, a Lulilândia. Criação da publicitária Luciana Lins, essa cidade imaginária que faz fronteira com São Petersburgo, Itapetininga, Glasgow e Varginha (confira em www.lulilandia.com.br) é uma terra de doçura e estranheza. Lulina, encarnação musical de Luciana, é uma artista de contrastes, misturas – e sintetiza esse momento prolífico da cena musical da São Paulo que ela abraçou há cerca de oito anos. “Meu plano era ficar um tempo e voltar para Recife. Mas construí minha vida aqui de um jeito tão enraizado que está difícil sair. Tem tanta gente diferente, é tipo estar mesmo na feijoada. Essa integração que a gente está vivendo é muito gostosa, mas eu sinto que todo mundo quer expandir suas fronteiras, tocar pelo país e até fora”, ela diz. Grana, por enquanto, não rola para turnês estrangeiras. Mas o interesse forasteiro é espontâneo. “Eu fiz um show no Sesc Pompeia, aí um gringo foi falar comigo. Ele entendia português, elogiou as minhas letras, acabou indo lá em casa. Dei um disco a ele. Ele fez uma matéria linda comigo, com o Lucas Santtana também, sobre a cena de São Paulo, que acabou saindo na (revista alternativa inglesa) ‘Wire’. Ainda bem que os caras têm interesse, eles vêm pesquisar música e curtem. Temos saído: a Céu, claro, o Rafael Castro, eu... É massa estar sendo percebido fora, mesmo que não seja uma preocupação nossa neste momento”, completa a cantora, prestes a entrar em estúdio para gravar seu segundo álbum pela YB. “Sempre achei que disco era só portfólio, mas até que vende, menino! Faço alguns shows por mês, mas os lugares que pagam realmente bem ainda não são muitos, por isso continuo a trabalhar com publicidade. Isso é bom porque me abre a cabeça. Estou meio doida pesquisando coisas para o novo disco, mas ainda não sei que formato vai ter. Só sei que vai ser um disco essencialmente de banda, estou deixando os meninos criarem”. A Lulilândia é mesmo um espaço democrático. Do tamanho da metrópole. “Tenho circulado cada vez mais. O Baixo Augusta, é claro, foi uma espécie de QG da nossa turma num certo momento, mas tenho descoberto que outras áreas da cidade estão respirando essa cena de um modo muito forte. Em Pinheiros eu sou vizinha da Bárbara Eugênia, da Blubell e da Mallu Magalhães! A coisa está acontecendo na casa da gente, nas festas, nos bares. São Paulo está borbulhando! E eu, é claro, estou adorando.”

Divulgação / Jorge Bispo



‘O som que a gente está fazendo por aqui é dos melhores já feitos. Isso se deve à prática, ao exercício, a saber sobre o instrumento e saber sobre como é gravado. Há apuro técnico, gosto pelo timbre, pelas sonoridades, que é característica da minha geração.’ Romulo Fróes

BLUBELL

Blubell lançou seu primeiro disco em 2006. Há apenas cinco anos, o esquema tradicional das grandes gravadoras tinha mais força do que hoje; a internet, menos. Não foi o estouro no YouTube nem o sucesso nas redes sociais. Foram os contatos no meio publicitário (ex-integrante da big band Funk Como Le Gusta, ela costuma gravar jingles para comerciais) que permitiram à cantora de voz delicada e cristalina gravar “Slow Motion Ballet”, um pequeno mosaico de peças roqueiras quase todo composto por ela em inglês, tendo como ponto alto as baladas folk. “Quando pintou o convite de dois produtores, o bichinho me mordeu”, ela lembra. A realidade do mercado mudou, a web passou a jogar um papel decisivo na divulgação (“Ainda me assusta um pouco como as pessoas entram na sua vida nas redes sociais, pedem favores, propõem parcerias”), e a bombação online de “Chalala” na abertura da série “Aline”, da TV Globo, fez a fama do segundo e mais recente álbum da cantora, “Sou do Tempo em que a Gente se Telefonava”, lançado em janeiro pela YB, com produção de Maurício Tagliari e participações de Baby do Brasil e Nina Becker. Mas Blubell não dispensou o trabalho na publicidade. “Tem semana em que faço dois shows. Às vezes passo 20 dias sem tocar. Não há dúvida de que há uma criatividade enorme nessa cena, acho que poucas vezes se produziu tanto. A gente se ajuda, tem dado certo. Mas ainda é cedo para a declaração de independência. Não uso lei de incentivo nem nada. Eu vivo de música o suficiente para pagar as minhas contas e comprar roupas em lojas de departamentos.” Blubell não gosta da expressão novos paulistas (“Tenho os Novos Baianos tão no altar que acho um pouquinho presunçoso”), mas não deixa de elogiar o caldeirão cultural da cidade onde nasceu: “Lógico que o fato de ser polo econômico ajuda. Mas não sei se é só grana; São Paulo sempre foi um lugar onde a galera batalha demais”. Para ela, a música tem dupla função: além da realização profissional, é uma forma de inserção social. “Sou tímida, a música me aproxima das pessoas. Bater bola é uma das coisas mais legais de trabalhar nessa área. Se a pessoa me respeita porque conhece meu trabalho, tudo fica mais fácil”.

Divulgação / Karen Alache



CURUMIN

Não são poucos os artistas brasileiros que militam na deliciosa seara do samba-rock-soul dançante de Tim Maia e Jorge Ben Jor. Um paulistano descendente de japoneses e espanhóis está entre os mais talentosos. De batida Curumin entende. Entre 1997 e 2007, ele pilotou a bateria para feras do tamanho de Paula Lima, Arnaldo Antunes, Vanessa da Mata e Céu. O moleque é antenado e já fez nome no exterior – seus dois primeiros discos, “Achados e Perdidos” (2003) e “JapanPopShow” (2008), produzidos e lançados aqui pela YB, saíram nos EUA pela Quannum Projects, e o último chegou às prateleiras japonesas pela JVC. Consta que a atriz Natalie Portman curte seu som. O diário americano “The New York Times” o descreveu como um dos “mais espertos” da nova cena musical paulistana, “um estudioso do funk brasileiro e americano dos anos 70”. Curumin é verbete do Wikipedia em inglês e francês. Página em português ainda não tem. O que encantou a atriz gringa talvez tenha sido seu jeito essencialmente brazuca de jogar na panela ingredientes tão diferentes quanto rap, brega, rock, samba e funk, tudo refogado em letras politizadas que fazem a galera chacoalhar, sorrir e pensar. É chocante que o multi-instrumentista identificado no RG como Luciano Nakata Albuquerque não frequente o *dial* diariamente. “Eu adoraria tocar para muita gente, estar num mercado grande. É lógico, é a realização de um trabalho. Mas existe aí uma coisa predeterminada de mercado de que não me interessa fazer parte, certos passos que você tem que seguir. Ainda existem as rádios que são mais populares e tocam determinados tipos de música e, hoje em dia, têm muito foco na beleza, numa imagem. E até num tipo de som. Porque se a gente está falando de grande mídia está falando de sertanejo universitário, resquícios de axé e pagode, emo e os movimentos populares *underground*, tipo funk e rap. Quero fazer parte. Mas, acima de tudo, quero poder causar estranhamento. Quero ter estilo”, manda o parceiro de figuras como Romulo Fróes, Marcelo Jeneci e Arnaldo Antunes. O ex-titã participa do próximo disco de Curumin, “que ainda não tem nome... nem sei direito o que vai ser (*risos*)”: “O Arnaldo é um cara que transita nesse nosso movimento, na cena contemporânea. Ele está no mesmo balaio, conhece a galera, gosta, curte o som... Fizemos shows juntos com a Karina Buhr, com a Tulipa. O Catatau produziu o último disco dele. O Arnaldo é um cara interessado, que, por ser mais velho e tão bem-sucedido, é uma espécie de mentor para a gente. Espero que o novo disco seja aquilo que eu já venho fazendo, aquilo de que eu gosto, uma onda de balanço brasileiro”. A previsão de lançamento é ainda neste semestre. Prepare-se para dançar.

ANELIS ASSUMPÇÃO

São largamente conhecidas as dores e delícias de ser um “filho de”. Com Anelis Assumpção não é diferente. Integrante ativa de uma cena descrita quase unanimemente como inventiva, vanguardista, ela deve seu envolvimento mui precoce com a música ao pai, o genial Itamar Assumpção, um dos cabeças da Vanguarda Paulista morto em 2003. Mas tem de conviver com cobranças sutis e a sombra de Itamar sobre sua carreira. Anelis começou como *backing* dele. Mas se projetou na banda DonaZica, cujo núcleo duro é formado ainda por Andreia Dias e Iara Rennó, antes de mergulhar numa recente e já elogiada carreira solo. Ela compartilha com o pai o prazer de fazer parte de um momento especial para a música de São Paulo. Mas não se identifica com o formalismo severo que ele e Arrigo Barnabé imprimiram ao movimento überurbano. “Nunca ninguém diz ‘você precisa fazer isso porque seu pai não sei o quê...’. Mas é quase isso que se quer dizer, né? As pessoas esperam... Demorou um tempo para eu entender que não estava continuando nada, sou outra pessoa fazendo outra coisa. Eu mesma achava que, se fosse me meter a fazer música, tinha que ser tão boa ou melhor. Eu me comparava, até entender que realmente era diferente. E que tudo bem. E aprender a ficar mais tranquila com aqueles papos tipo ‘vai gravar músicas dele?’, ‘o que acha que tem de parecido com ele?’ Não sei, pô! Acho que meus olhos”, ela ri. Guardadas as proporções, Anelis vê no atual movimento musical da metrópole uma característica da Vanguarda: todo mundo mete o bedelho em tudo, troca de papéis, produz hoje, compõe amanhã, toca depois... “Só acho que falta mais gente de outras artes andando junta, fazendo vídeo, fazendo artes plásticas. Existem os coletivos onde o artista é baixista de um, o *frontman* de outro. Isso está acontecendo. Mas esses coletivos também são muito fechados, são painéis. E é natural que seja assim, sempre vai acontecer”, ela raciocina. O DonaZica, oficialmente na ativa, deu um tempo, a paulistana Anelis revela: “Sinceramente, acho que acabou, a gente só não conseguiu assumir. O rumo de cada um foi sendo muito diferente. Eu fiz o meu disco (‘Sou Suspeita. Estou Sujeta. Não Sou Santa’), depois de muito tempo. Trabalho na TV (apresentando o programa sobre música de periferia ‘Manos e Minas’, na Cultura). Não consigo visualizar muito bem uma volta. Não teve briga, não teve nada. Aconteceu. Estou grávida de cinco meses do Benedito. Então, estou nessa: administrando o bebê, com o disco, cheia de projetos pessoais. Tá bom, não?”

CÉU

Céu canta em show intimista em São Paulo. Céu participa do Viradão Cultural carioca. Céu faz apresentação lotada em Lisboa. Céu aterrissa em Nova York. Céu conquista Paris. E Chicago, Porto Alegre, Madri, Teresina, Copenhague. Uma das mais belas vozes da nova cena paulistana é também uma das mais conhecidas – e seguramente das mais cosmopolitas. Logo no disco de estreia, “CéU”, de 2005, Maria do Céu Whitaker Poças já foi logo vendendo cem mil cópias nos EUA, o que lhe rendeu uma indicação ao Grammy Latino como artista revelação no ano seguinte. Sua mistura envolvente de ritmos brasileiros com jazz, blues, afrobeat, chanson francesa, hip hop, seu jeito especial de cantar, seu belo rosto, sua atitude ultracool em cena... Não é fácil explicar por que Céu é tão magnética. E reúne em torno de si alguns dos maiores bambas da sua geração, como Curumin, Fernando Catatau, Rodrigo Campos, Marcelo Jeneci, Anelis Assumpção. Essa turma participou de alguma forma do disco e dos shows da turnê de “Vagarosa”, espécie de ápice criativo da cantora, lançado em 2009, antes da pausa que ela se impôs para cuidar da pequena Rosa Morena, de 2 anos. Mesmo num ritmo mais leve, os shows continuaram – inclusive em festivais como Coachella e Lollapalooza, nos Estados Unidos. Agora ela se prepara para entrar em estúdio e parir seu terceiro álbum. E deve vir coisa nova por aí. “Acho que quando a gente fica na nossa zona de conforto e estaciona num lugar que você sabe que está dando certo, tem muitas armadilhas que podem acontecer aí. Essas armadilhas não me interessam. Eu gosto de puxar o meu próprio tapete. Eu sei que isso soa estranho, mas para mim faz bem. No sentido de me desafiar”, ela disse numa entrevista em abril. O disco, ainda sem nome, está previsto para ser lançado ainda este ano. 

‘Só acho que falta mais gente de outras artes andando junta, fazendo vídeo, fazendo artes plásticas. Existem os coletivos onde o artista é baixista de um, o *frontman* de outro. Isso está acontecendo.’ Anelis Assumpção

Divulgação / Kiko Ferrite

COMO RECEBO PELA EXECUÇÃO DE MINHA OBRA NO EXTERIOR?



A UBC mantém contratos de reciprocidade ou representação com outras sociedades de gestão coletiva de direitos autorais mundo afora. Esses acordos fazem com que seu repertório esteja representado em mais de 130 países e territórios. São tais sociedades que arrecadam os seus direitos quando sua música é executada no exterior.

Os dados sobre você e suas obras são acessados por essas sociedades tanto por meio dos editores (quando houver) quanto por ferramentas internacionais de documentação, como o IPI (Interested Parties Information) e a CISNet (base de dados internacional de obras e *cue-sheets*). Na maior parte dos casos, elas pesquisam e registram obras nacionais quando estas estão “ativas” em seu território, ou seja, quando receberam informação de que a obra foi utilizada no rádio e na TV, ou mediante uma notificação da execução enviada pela UBC.

Existem formatos obrigatórios definidos pela Confederação Internacional das Sociedades de Autores (Cisac) para o intercâmbio eletrônico de dados destas distribuições. São eles:

F2	para pagamentos de obras inseridas em audiovisuais
E4	para pagamentos de execução pública
M3	para pagamento de direitos de reprodução
CRD	As sociedades estão atualmente trabalhando neste novo e mais completo formato para o intercâmbio de dados, o chamado <i>Common Royalty Distribution</i>

DISTRIBUIÇÃO INTERNACIONAL

O pagamento destes direitos é feito de forma muito diversa e depende de fatores que vão desde a lei de direito autoral local até o tipo ou lugar de utilização da obra, passando pelas regras de arrecadação e distribuição adotadas pela sociedade representante.

Tais regras variam, mas, na maior parte dos casos, um grande show ou festival será arrecadado pela sociedade local e distribuído de acordo com o *setlist* recebido. A exceção mais notável é a distribuição de shows nos EUA, que merece atenção. Lá, são considerados apenas os 300 maiores eventos do tipo no trimestre para distribuição. Não são muitos os espetáculos com obras de titulares da UBC que entram neste ranking.

A sociedade americana Ascap tem um programa anual – o International Awards Scheme – que visa complementar a distribuição para autores que normalmente ficariam de fora. A BMI, outra sociedade dos EUA, lançou recentemente a

ferramenta BMI Live, que permite ao autor registrar os shows via internet, independentemente do tamanho, para que sejam considerados para a distribuição. São requisitadas informações como a data do espetáculo, o horário, o endereço e o telefone de contato do local, assim como sua capacidade estimada.

Em outros territórios, o ideal é enviar também o máximo de informação para que os possíveis créditos sejam encontrados com facilidade. Porém, em geral, as distribuições nos principais parceiros estrangeiros são feitas trimestralmente. Em alguns locais, a distribuição de direitos autorais ocorre apenas a cada seis meses, ou anualmente. Portanto, os atrasos no recebimento dos direitos provenientes do exterior são bastante comuns.

Antes de as sociedades estrangeiras remeterem os valores devidos ao Brasil, elas deduzem seus custos de administração, assim como faz a UBC (nós deduzimos 15% dos valores recebidos).

SUA MÚSICA NO EXTERIOR

É muito importante que você informe a UBC sobre o uso de suas obras no exterior. Assim, podemos assegurar que a sociedade que nos representa no território em questão possui a documentação correta.

Sobre um show realizado fora, use a ferramenta “Informe seu Show” disponível em nosso site. Para outros tipos de utilização, envie um e-mail para international@ubc.org.br com o máximo de detalhes, como a data, o canal de TV ou o filme onde a música foi inserida.

E O DIREITO CONEXO?

Se você é intérprete ou produtor, também tem direito a recolher os direitos conexos dos seus fonogramas executados no exterior, desde que esta proteção esteja prevista nas leis locais. Porém, as sociedades de direito conexo são, geralmente, muito recentes se comparadas às de direito autoral. Portanto, ainda não têm a mesma eficácia. A UBC mantém representação do seu repertório conexo em 25 países. 

* IPI – Código internacional único que identifica o titular de direito autoral. Este código indica também a sociedade responsável pela arrecadação dos direitos autorais de determinado autor ou editora em cada território. A UBC registra todos os seus afiliados nesta base de dados.

** Cue-sheet – Documento elaborado pelas produtoras audiovisuais que contém a lista de obras musicais utilizadas em uma produção cinematográfica, sua duração e o tipo de utilização.

TRABALHO ★ GERA ∞ TRABALHO

COMPOSITOR, MÚSICO E PRODUTOR, PLINIO PROFETA FALA SOBRE PROJETOS COMO O STUDIO SP, CELEIRO DE TALENTOS PAULISTANOS QUE ESTÁ PRESTES A GANHAR FILIAL NO RIO

Por Helena Aragão * Fotos de divulgação

Lance um livro, plante uma árvore e tenha um filho. Dizem por aí que só se tem uma vida completa depois de realizar essas ações. Para gente como Plínio Profeta, a lista aumentaria um tanto: lance um disco, produza (muitos) outros, componha trilhas sonoras, faça a curadoria de festivais, coordene a programação de casas de shows... E o que mais a vivência na música permitir. O produtor – sim, porque, apesar de estar envolvido com tudo isso, foi na produção que ele diz que se achou – tem feito de tudo um pouco nesses 40 anos de vida, muitos deles nos bastidores. Se para o xará de apelido que peregrinava pelo Rio de Janeiro gentileza gera gentileza, para Plínio Pereira Gomes Junior “trabalho gera trabalho”.

“Faço vários projetos diferentes ao mesmo tempo e, assim, meu horizonte fica mais amplo e interessante”, explica. “Sou compositor, músico e, na produção musical, me encontrei. Adoro o que faço e vivo bem disso. Mas obviamente se dar bem é um conceito relativo. Tem artistas que ficam satisfeitos em atingir um público seletor e fiel. Outros querem o mundo...”.

Plínio ganhou o mundo à sua maneira na infância e na adolescência. Com 11 anos, já assistia a vários shows e passagens de som nacionais e internacionais importantes no Canecão, onde sua mãe trabalhava fazendo as revistas de programação. Mais tarde, aos 17, foi estudar no Guitar Institute of Technology, em Los Angeles, mas se decepcionou com o curso, que, segundo ele, formava músicos competentes, mas matava a personalidade de cada um. Passou a participar de bandas e recorrer a subempregos até conseguir viver de música por lá. Achou que não moraria de novo no Brasil, mas visitou o Rio e viu oportunidades. “Nunca me arrependi de voltar”, diz Plínio.

Para quem já se virava fora com música, não foi difícil seguir o mesmo caminho por aqui. Começou a descobrir sua turma. Trabalhou e trabalha muito como DJ. “Sou admirador de um ótimo DJ, assim como de um grande músico. Na minha visão, tem espaço para os dois”, diz. Conheceu o produtor Tom Capone, que viria a ser uma espécie de “pai e irmão”. “Ele me colocou neste caminho e acreditou em mim. Para mencionar alguns trabalhos que fizemos juntos, o disco ‘Na Pressão’, do Lenine, e ‘O Silêncio que Precede o Esporão’, d’O Rappa, foram experiências inesquecíveis. Seu falecimento foi muito triste pra mim”, diz, referindo-se à morte do amigo num acidente de moto em 2004.

Profeta acredita que figuras como Capone e os produtores Memê e Liminha foram fundamentais para a popularização do seu trabalho. E aproveita para citar Kassin e Ganjman como alguns destaques da nova geração. “Não acho que o nosso papel seja sempre colocar uma assinatura. A principal função é traduzir o que aquele artista tem de melhor”, acredita. Em seu único disco solo,



“Volume 1” (2007), ele aproveitou para fazer uma espécie de tradução da produção. “No encarte, cada música tem um comentário de como foi composta e produzida”.

Plínio vem deixando sua marca em discos de estilos variados, como MPB, hip hop, música eletrônica e samba. E acaba sempre acompanhando de perto quem está começando. Primeiro, porque adora produzir o disco de estreia de um artista (“é livre, sem vícios de repetir fórmulas”), em muitos casos, independente. Segundo, porque participa ativamente da programação do Studio SP, casa da capital paulistana onde vários artistas da nova geração, como Tiê, Thiago Pethit e Karina Buhr, debutaram.

São Paulo estaria à frente das outras cidades em termos de produção musical independente, na visão de Profeta. Mas o Rio, onde vive, tem chance de amadurecer. Está previsto para este mês que o produtor abra com Alê Youssef o Studio RJ (filial da casa paulista), onde espera colaborar para diversificar a programação de palcos médios cariocas e para combater o que chama de “cultura dos vips”. “O Rio vive uma contradição: é campeão na cultura dos ‘muy amigos’, que querem entrar de graça nos lugares, mas também no número de artistas que estão sem grana para pagar o aluguel. No Studio RJ nem vai ter área vip.”

A valorização dos artistas passa também, na visão dele, pela compra responsável de músicas pela internet. “Sou contra a ideia de que músico tem que ser duro e sem grana, acho que é um trabalho artístico importantíssimo e deve ser remunerado. As pessoas devem entender que, se comprarem pelos meios legais, estarão propiciando receita ao artista que admiram. Por isso, acho lamentável a iTunes Store não vender no Brasil! Estamos educando a turma a baixar música de graça e, depois, para reeducar é difícil”, observa, acrescentando que é a favor do mp3 (“um método de compressão bom, o que se faz dele é de cada um”) e do Creative Commons (“onde o compositor escolhe o que quer liberar”).

Para completar a lista de afazeres do músico, há ainda a trilha sonora de diversos filmes brasileiros, como “Cilada.com” (com Bruno Mazzeo) e “Feliz Natal” (de Selton Mello), e a curadoria de festivais, como o Mostra Internacional de Música de Olinda (Mimo), e programas de TV, como o “Afinando a Língua”, do Canal Futura. “Sou relativamente novato em trilhas, mas comecei com o pé direito. Sou apaixonado por cinema, então tenho muito prazer compondo para o audiovisual. Quanto às curadorias, é um trabalho natural, porque achar coisas novas está no meu DNA.” 

Divulgação / José de Holanda

DEBRUÇADO SOBRE SI MESMO

AUTOR DE CANÇÕES EMBLEMÁTICAS COMO ‘ESCRITO NAS ESTRELAS’ E DE VERSÕES DE OBRAS DOS IRMÃOS GERSHWIN, CARLOS RENNÓ PREPARA-SE PARA LANÇAR UMA COMPILAÇÃO DE TEXTOS SEUS

Por Bruno Albertim

Autor de algumas letras fundamentais para o moderno cancioneiro brasileiro, o letrista e poeta paulistano Carlos Rennó compôs a emblemática “Escrito nas Estrelas”, marcada nos anos 80 na voz de Tetê Espíndola. E foi também quem organizou e lançou, por exemplo, “Gilberto Gil: Todas as Letras”, uma reunião de 80 canções e comentários sobre o processo criativo do baiano. Jornalista e crítico de música, Rennó foi, ainda, produtor e diretor artístico de “Cole Porter, George Gershwin: Canções e Versões”, coletânea com participação de Chico Buarque, Elza Soares, Caetano Veloso e Cássia Eller. Agora, o parceiro de gente como Tom Zé, Gilberto Gil e Lenine se debruça sobre seu próprio repertório. Em breve, deve lançar uma compilação de seus textos mais significativos.

Qual seu grande projeto no momento?

CARLOS RENNÓ: Fui convidado a reunir minhas letras num livro. A iniciativa partiu da Casa Guilherme de Almeida, instituto cultural do estado de São Paulo que lança livros de poesia, todos em publicações muito bem cuidadas, em colaboração com editoras como a Ana Blume e a Babel. Deve sair no fim deste ano ou no próximo.

Que critérios de escolha você usou?

RENNÓ: Não entrarão todas as letras. Aquelas que apresentam qualidade literária estão sendo privilegiadas. Incluirei boa parte das versões que já criei para *standards* americanos, em transcrições bilíngues, como costume fazer nos encartes dos álbuns.

Que letra do cancioneiro brasileiro você gostaria de ter escrito? E qual, entre as suas, gostaria de jamais ter escrito?

RENNÓ: As letras que eu gostaria de ter escrito são aquelas que de fato eu escrevi. Eu tanto gostaria de escrevê-las, que as escrevi... Mas há tantas canções com letras admiráveis e memoráveis na MPB que, com certeza, eu gostaria de ter escrito algumas. Coisas como “Coqueiro de Itapoã”, se eu tivesse sido o Caymmi... “Que Maravilha”, se eu fosse o Ben Jor ou o Toquinho;

“Flor da Idade”, se eu fosse o Chico Buarque; ou “Um Índio”, se fosse o Caetano. Há letras minhas das quais não gosto mais, mas nenhuma que eu gostaria de nunca ter escrito.

Qual a diferença entre escrever um poema e uma letra?

RENNÓ: Não há uma diferença entre letra e poema propriamente dito. A cantabilidade é o que é imprescindível numa letra. Mas ela pode ser ou efetivamente é um poema. Gosto de me lembrar da definição de James Joyce: “Palavra cantada é palavra voando”. Provavelmente eu não teria me tornado letrista se alguns compositores-letristas não me demonstrassem que era possível fazer poesia combinada à música. Gente como Caetano, Chico, Gil, Bob Dylan, John Lennon, Noel Rosa, Orestes Barbosa, Cole Porter e Ira Gershwin.

Quem você gostaria de ver cantando uma letra sua?

RENNÓ: Marisa Monte, Milton Nascimento e Nana Caymmi são cantores maravilhosos de cujas gargantas ainda não ouvi saírem palavras minhas. Entre os novos, agradaria a mim que Tulipa Ruiz cantasse alguma coisa que escrevi ou venha a escrever. Quem sabe isso esteja por acontecer? (*risos*)

Um de seus trabalhos mais conhecidos é o álbum com as canções de Porter. É possível fazer versões respeitando integralmente a musicalidade original?

RENNÓ: Há várias formas de se verter uma canção estrangeira. Todas elas podem ter bons resultados. Eu, particularmente, tenho um estilo de fazer versão que aplica critérios estéticos oriundos da moderna tradução de poesia literária. Para mim, a poesia concreta foi determinante para que eu quisesse desenvolver um trabalho de versão. O que eu quis foi dar uma resposta no plano da canção ao impacto produzido em mim por essa obra. É importante dizer o que diz a letra original, mas sem deixar de transpor o ritmo, a sonoridade. O trabalho implica necessariamente reinstaurar rimas, recriar aliteraões, trocadilhos e jogos de palavras.

Você é um dos raros letristas a ter autorização para traduzir obras dos Gershwin. Como se deu a negociação?

RENNÓ: Em 2000, eu produzi um disco com versões de canções de Cole Porter e dos irmãos George e Ira Gershwin. Eu tive de lutar muito, durante mais de um ano, para obter as autorizações para as versões das canções dos Gershwin. A princípio, a editora Warner/Chappell não queria liberar de jeito nenhum. Os descendentes dos autores desaprovavam as transformações semânticas que se faziam (e se fazem, tradicionalmente, em todo o mundo, não apenas no Brasil) nas versões. Eu tive de juntar depoimentos de artistas e escritores brasileiros respeitáveis sobre meu trabalho de versionista e mandá-los para a Warner nos Estados Unidos, junto com as traduções que eu havia criado. O processo foi longo, mas, no final, deu certo.

O que acha da legislação atual sobre direito autoral? Deve haver alguma atualização?

RENNÓ: Sou a favor da manutenção das leis atuais – do melhoramento das condições de aplicá-las, inclusive – e da criação de outras, atualizadoras, em decorrência da situação instaurada pelos meios digitais, pela internet; leis que façam com que nós, autores, sejamos pagos pelo consumo de nosso trabalho. Afinal, isso não pode deixar de acontecer. Deixamos de ser pagos como éramos antes. Todos nós, autores, podemos sentir claramente isso. Os que ganhamos apenas como autores (os letristas) sentimos mais do que nossos colegas que são também cantores, músicos. 

LEI DO DIREITO AUTORA

CONHEÇA O QUE MUDA NO NOVO TEXTO

O anteprojeto que modifica a Lei do Direito Autoral (de número 9.610, aprovada em 1998), que já vinha sendo objeto de polêmica na classe artística, voltou a sofrer modificações. O novo texto é resultado de uma consulta pública realizada pelo Ministério da Cultura (MinC) entre abril e maio. Depois de incorporadas as contribuições, o projeto foi encaminhado, no dia 15 de julho, ao Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (Gipi), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, onde será analisado. De lá, deve seguir para a Casa Civil (num prazo ainda não divulgado) e, por fim, para votação no Congresso. Mais uma vez, a reforma tenta se afastar do modelo consagrado no Brasil, inspirado no “droit d’auteur” francês, que põe o idealizador da obra em posição privilegiada, para adotar uma visão utilitária, à semelhança do “copyright” americano, segundo o qual os objetos de proteção são a obra e sua exploração econômica. Alguns pontos controversos, no entanto, surgiram apenas depois das últimas mudanças. Confira abaixo os prós e os contras da nova redação da lei.

PRÓS

- Dá mais clareza ao tema do direito de sequência, que é a participação do autor ou de seus herdeiros nos lucros das revendas da obra.

- Cria um mecanismo mais eficiente para punir quem disponibiliza conteúdo protegido ilegalmente na internet.

- Ressalta a importância de criar regras para a reprografia, a reprodução por fotocópias. No entanto, a inclusão deve ser discutida mais a fundo pelo setor.

CONTRAS

- Amplia a atuação do Ministério da Cultura para além de suas atribuições e capacidades administrativas. Uma delas seria interferir no funcionamento das associações de artistas, que já contam com regimento interno e são protegidas legalmente pelo direito à livre associação.

- Acrescenta ambiguidades em termos que podem levar a discussões judiciais, como quando trata o produtor fonográfico apenas como “produtor”, sendo que o primeiro é titular de direitos conexos e o último não tem uma definição jurídica precisa.

- Cria uma nova categoria: “as obras órfãs”, que seriam aquelas cuja titularidade não pode ser identificada. Nesse caso, o MinC, mesmo sem autoridade para atuar em substituição ao autor ou titular, poderia conceder uma licença não-voluntária.

- Estabelece uma série de exceções injustificadas à cobrança de direitos autorais em execuções públicas, em locais como templos, hospitais e microempresas ou em subprodutos para portadores de deficiência.

- Cria casos excepcionais para quando o autor ou seus herdeiros prejudicam a “fruição pela sociedade” de sua obra. Nesse caso, a Justiça poderia licenciar o uso da obra à revelia do autor ou titular. A avaliação da atuação prejudicial do autor ou herdeiros é subjetiva, portanto, a regra poderá criar uma enxurrada de processos.

- Diminui a multa de execução pública não autorizada de 20 para duas vezes o valor da obra, amenizando a gravidade dos descumprimentos à lei. 

Do iCloud à defesa da propriedade intelectual

A UBC ESTEVE NA CONFERÊNCIA MUNDIAL DE DIREITOS AUTORAIS E CONTA QUAIS FORAM OS DESTAQUES ENTRE OS TEMAS DEBATIDOS NO EVENTO. Por Eduardo Fradkin

É rápido o compasso em que surgem novos serviços digitais oferecendo ao público músicas ou filmes, muitas vezes desatrelados do pagamento de direitos autorais. Debates sobre o tema colocam lado a lado artistas, editoras, entidades de gestão coletiva de direitos autorais e legisladores, todos na luta por remuneração para as obras executadas. Um dos maiores fóruns para essa discussão é o World Copyright Summit (Conferência Mundial de Direitos Autorais), que teve sua terceira edição sediada em Bruxelas, na Bélgica, dias 7 e 8 de junho, com presença de mais de 600 participantes, incluindo quatro representantes da União Brasileira de Compositores: o diretor-presidente, Fernando Brant; a diretora-executiva, Marisa Gandelman; o conselheiro jurídico, Sydney Sanches, e o gerente-geral, Ney Tude. Entre os assuntos discutidos estava o iCloud, exemplo de um novo serviço digital cujos benefícios ou prejuízos para a classe artística ainda são uma incógnita.

Anunciado pela Apple, o serviço armazenará músicas, fotos e documentos variados num espaço virtual que pode ser acessado por vários dispositivos do usuário. “O iCloud gerou polêmica, pois se discutiu se essa nuvem (*cloud*, em inglês) onde o material ficará armazenado legitimará arquivos baixados em sites que não pagam direitos autorais. Se legitimar, é preciso que se tenha um controle sobre o conteúdo que for para esse novo ambiente, para que se distribua o dinheiro que cabe aos autores”, diz Marisa Gandelman.

O dilema foi abordado por Robert Ashcroft, diretor da associação inglesa Performing Right Society (PRS), de compositores e editoras de música: “Seria a nuvem uma nova era para a música, que oferecerá áudio de alta qualidade por um preço justo? Ou estamos prestes a minar os serviços legalizados que são licenciados mas ainda não são lucrativos?”

Se na edição anterior do encontro, em Washington, a regulamentação americana teve um grande peso nas mesas-redondas, desta vez as questões foram vistas por uma perspectiva europeia. O lema “Criar-Conectar-Respeitar” simbolizou as três vertentes do evento, sendo a primeira, a dos criadores; a segunda, a de sociedades arrecadadoras, analistas de mercado e editoras, e a terceira, a dos legisladores e reguladores.

“O caso europeu é interessante, porque lá existem a Comissão Europeia e conceitos como o de mercado único. Você pode estar na França e licenciar seu repertório para a Europa inteira, e isso muda a lógica do negócio. É um desafio aos conceitos de nacionalidade e territorialidade que tradicionalmente orientam a organização da gestão coletiva”, destaca Marisa.

Nesse contexto, está sendo criado o Global Repertoire Database (Banco de Repertório Global), discutido na conferência. Estão envolvidos na promoção e no desenvolvimento do projeto editoras de música, provedores de serviços digitais e sociedades de autores. Segundo Marisa, um fato importante foi a entrada da Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores (Cisac), maior entidade do gênero, que, além de promover a realização do Copyright Summit, também fez uma reunião em Bruxelas. Até o momento, o projeto tinha a participação individual de algumas sociedades de gestão coletiva. Com a decisão tomada em Bruxelas, a Cisac entra para o grupo de trabalho que desenvolve o projeto e poderá contribuir efetivamente no desenvolvimento de ferramentas e bases de dados voltadas para identificação, catalogação e administração de obras musicais e na coordenação de ações coletivas dessa natureza.

“O nosso repertório é muito utilizado na Europa, por isso estou interessadíssima nesse assunto. Nesse banco de dados, que começará com arquivos de música, haverá os metadados, ou seja, informação para o usuário sobre quem pode cobrar por essas obras”, ressalta Marisa.

Entre os discursos proferidos na conferência, o de Victoria Espinel, representante de uma organização americana de defesa da propriedade intelectual e indicada ao cargo por Barack Obama, impressionou o presidente da UBC, Fernando Brant. “Ela disse que o governo americano está empenhado na defesa dos direitos autorais e mostrou o que vem sendo feito nesse sentido. Eu adoraria ouvir o mesmo de um representante do governo brasileiro”, afirmou Brant.

Igualmente curiosos foram os discursos do executivo da Google Carlos d’Asaro Biondo e do instrumentista francês Jean Michel Jarre. O primeiro, segundo Marisa, “parecia a Catarina de Médici, se apresentando como salvador das artes. Ele disse que o Google se dedica a conservar o acervo da humanidade para a posteridade, que é uma entidade do bem e que leva a cultura às pessoas. Disse que estava aberto a ouvir propostas de entidades de direitos autorais”. Bem diferente foi a preleção de Jarre. “Ele se disse preocupado com a banalização da arte e sugeriu que nem todo mundo que faz um vídeo cantando e o bota na internet é um artista”, lembra Marisa.

Outra coisa que a impressionou foi um vídeo feito em Londres mostrando jovens entrevistados dizendo que achavam justo haver remuneração para autores de obras baixadas na internet. “A questão não é patrulhar ou impedir acesso, mas mostrar às pessoas que, por trás de tudo que elas baixam, há um autor que vive disso. É uma questão de conscientização”, conclui ela. 



CRIATIVIDADE IMORTALIZADA

CONHEÇA A HERANÇA MUSICAL DE BIDÚ REIS, MARCADA POR UMA TRAJETÓRIA DE 91 ANOS SEMPRE LIGADA À ARTE

Por Eduardo Fradkin * Fotos de divulgação

De Emilinha Borba, a “Eterna Rainha do Rádio”, a canários que gorjeiam no ritmo, os parceiros de Bidú Reis foram incrivelmente ecléticos. Ao longo de 91 anos, ela fez um pouco de tudo: foi cantora, atriz, compositora, poetisa e administradora. Nessa última função, atuou até quase o fim da vida no conselho fiscal da União Brasileira de Compositores e na Associação dos Defensores dos Direitos Autorais Fonomecânicos. Há poucos anos, ela transferiu quatro velhos discos de vinil para CDs e os deu de presente a amigos próximos. Em dois volumes, estão, como dizia a própria Bidú, “imortalizados” seus canários, acompanhando-a ao piano. Para os amigos, que a perderam no dia 26 de junho, o mesmo poderia ser dito a respeito dela.

“Minha mãe tinha um temperamento forte. Até os 90 anos, foi dona de si. Nunca quis pedir ajuda a ninguém. Era muito independente e gostava de morar sozinha. Era uma pessoa alegre e muito comunicativa. Ela deixou muitos poemas, pois nunca parou de escrever”, conta a filha única, Fátima, adotada quando tinha 3 meses, referindo-se à obra deixada pela mãe.

Alguns dos poemas de Bidú estão na internet e mostram uma faceta cativante de sua personalidade: a preocupação com o bem-estar alheio. Num deles, ela escreve contra o fumo; em outro, censura os balões de festas juninas. Na música, não era menos prestativa. Prontificava-se a compor melodias para qualquer amigo que lhe trouxesse uma letra. Conseguiu alguns grandes sucessos praticando boas ações como essas. Um deles foi “Interesseira”. O autor da letra, Murilo Latini, fora-lhe apresentado por um diretor da Rádio Nacional, onde ela trabalhava. Latini era fotógrafo e tinha vindo do interior procurar trabalho no Rio. Sem hesitar, Bidú o convidou a fotografar sua filha, então com 3 anos. Depois de realizar o trabalho, ele tirou do bolso uma letra e a deu à compositora, que pegou um violão e fez a música na mesma hora. Nascia ali um clássico, que viria a ganhar popularidade na voz de Anísio Silva, outro artista que Bidú se orgulhava de ter ajudado, conseguindo-lhe um contrato permanente na Rádio Nacional (onde ele transitava como convidado).

“Eu adoro ajudar as pessoas. É por isso que eu me sinto uma pessoa muito feliz”, disse certa vez, numa entrevista, Bidú, cujo nome verdadeiro era Edila Luiza Reis.

Com outro colega da Rádio Nacional, Haroldo Barbosa, ela fez um de seus maiores hits, “Bar da Noite”, usando também o violão para criar a linha melódica. Esse samba-canção ficou famoso na voz de Nora Ney. Embora fosse filha de pianistas – sua mãe tocava em sessões de cinema mudo em Nova Iguaçu –, Bidú só foi estudar esse instrumento a sério em idade avançada. Antes, tocava-o de ouvido. O dom para a música apareceu cedo. Ela contava que, aos 8 anos, debutara no cinema onde a mãe trabalhava e se saíra muito bem. Aos 14 anos, formou uma dupla com uma futura estrela do rádio, Emilinha Borba. O duo As Moreninhas durou cerca de um ano e meio. As moças se apresentavam vestindo roupas iguais e ensaiavam juntas, na casa de Bidú, com ajuda de sua mãe ao piano.

A parceria terminou devido a um desentendimento que hoje parece bobo. Num show num teatro, antes de as duas subirem ao palco, Emilinha deu uma escapulida e só reapareceu em cima da hora. Bidú, nervosa e melindrada, entrou em cena chupando uma bala, acabou se engasgando e saiu correndo para a coxia. Emilinha continuou o show sozinha e tomou gosto pela coisa. Segundo Bidú, ao fim da apresentação, a colega lhe disse: “Essa bala matou a dupla”.

Em outra parceria, Bidú, já mais madura, ganhou reconhecimento maior. Era uma das vozes do trio As Três Marias, fundado juntamente com Marília Batista e Salomé Cotelli (esta, substituída em seguida por Regina Célia). Depois de um disco de estreia lançado em 1942, o grupo gravou outro, no ano seguinte, com participação de Francisco Alves. Segundo Bidú, o trio era o “cartão de visitas” da Rádio Nacional e ela praticamente dormia na emissora. Apesar de todo o sucesso que fez como cantora, é como compositora que teve mais valor, como afirma o amigo e letrista Sergio Fonseca, de 64 anos.

“Há pouca participação feminina na composição de músicas do cancionário brasileiro daquela época, a Era de Ouro do rádio. Bidú foi importante nesse sentido. Não foi só cantora, como também compositora de sucesso. A música ‘Bar da Noite’, por exemplo, é executada até hoje”, conta Sergio, que fez com a amiga a canção “Vento Vagabundo”, em 2009. 



TRADIÇÃO

A UBC foi fundada em 1942 por grandes nomes da música, como Ary Barroso, Braguinha, Ataulfo Alves, Vicente Celestino, entre outros, e é a mais antiga sociedade de gestão coletiva de repertório musical do Brasil. Além disso, é membro da Confederação Internacional das Sociedades de Autores e Compositores [Cisac] desde 1946.

MODERNIDADE

A UBC conta hoje com serviços de alta tecnologia. Nossa administração está em melhoria contínua para atender às demandas surgidas no mundo contemporâneo.

TRANSPARÊNCIA

A UBC realiza auditoria independente anualmente e divulga seus resultados financeiros no Relatório Anual.

AGILIDADE NO PAGAMENTO

A UBC faz o pagamento dos valores repassados pelo Ecad de forma imediata e segue o calendário de distribuição definido.

PORTAL DO ASSOCIADO

Os associados da UBC têm à sua disposição, mediante solicitação, o portal do associado. Lá, você pode atualizar seus dados e tem acesso à nossa base de obras, fonogramas e créditos retidos.

POR QUE A UBC?

RELATÓRIOS ELETRÔNICOS DE DISTRIBUIÇÃO

Você poderá optar por receber seus demonstrativos e recibos de pagamento eletronicamente pelo Portal do Associado.

ATENDIMENTO PERSONALIZADO

Ao entrar em contato com a UBC, seja pessoalmente na filial mais próxima, por telefone ou internet, você será atendido por profissionais experientes e dedicados em oferecer o melhor serviço.

COMUNICAÇÃO

A UBC mantém seus associados informados sobre o mercado, sobre suas ações e resultados, e sobre os métodos de arrecadação e distribuição de direitos autorais através da Revista UBC, da newsletter UBC News, do Relatório Anual e da nossa página na web.

MAIOR REPRESENTATIVIDADE INTERNACIONAL

A UBC tem representação de seu repertório em mais de 130 países e territórios. Além disso, participa dos grupos de trabalho e discussão internacionais promovidas pela Cisac.

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

Acontece no mínimo uma vez por ano, conforme o Estatuto da UBC, e é soberana para solucionar todos os assuntos da Associação.

SISRC GRATUITO

Se você é produtor fonográfico, pode ter acesso e suporte gratuitos ao software de registro do código ISRC de suas gravações. O ISRC é um padrão internacional de código para identificar de forma única as gravações sonoras.



União Brasileira de Compositores

www.ubc.org.br